

## UM RECORTE SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E IDENTIDADE RACIAL DE PROFESSORAS AUTODECLARADAS BRANCAS NA ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA MARIA DE JESUS, MARACÁS, BA

CLÁUDIA VIEIRA SILVA SANTOS<sup>1</sup>  
MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada "A branquitude e seus privilégios: Um estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas, na Escola Pública Municipal Carolina Maria de Jesus, Maracás, BA", que partiu de inquietações e questionamentos sobre o tema e tem como objetivo investigar de que modo as interlocutoras da pesquisa, pensam/falam/lidam com questões étnico-raciais e utilizam (ou não) estratégias para combater/manter/reforçar privilégios da branquitude, observando se contribuem (ou não) para uma educação antirracista e, nesse processo, percebem sua própria branquitude diante de seus alunos na sala de aula/escola (nas relações pedagógicas, ações didáticas e veiculação de conteúdos). Nele, apresentamos resultados parciais sobre educação antirracista e identidade racial branca das interlocutoras e, para a análise foram utilizadas contribuições de Bento (2014), Cavalleiro (1999; 2001), Cardoso (2017; 2020) Schucman (2014), dentre outros. Os resultados parciais estão relacionados a dois instrumentos de coleta de dados: grupo de conversação e questionário fechado e aberto e os resultados indicam que é importante conscientizar professores/as para a importância de práticas pedagógicas, envolvendo questões étnico-raciais. Enfim, é preciso buscar investigar, analisar e interpretar discursos na escola frente a pauta antirracista e entender de que forma eles interferem na vida de alunas/os negras/os nos ambientes de aprendizagens escolar.

**Palavras-chave:** Privilégios da branquitude. Relações étnico-raciais. Educação antirracista.

### Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada "A branquitude e seus privilégios: Um estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas, anos iniciais do ensino fundamental, da Escola Pública Municipal Carolina Maria de Jesus, Maracás, BA", a EPMCMJ, que tem como objetivo investigar de que modo as interlocutoras da pesquisa, da escola-campo, pensam/falam/lidam com questões étnico-raciais e utilizam (ou não) estratégias para combater/manter/reforçar privilégios da branquitude, observando se contribuem (ou não) para uma educação antirracista e, nesse processo, percebem sua própria branquitude diante de seus alunos na sala de aula/escola (nas relações

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Pedagogia (UNEB).

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação (UFBA). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), do curso de Pedagogia, Programa de Mestrado em Ensino (PPGEN), Programa de Doutorado em Ensino (RENOEN), Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC). Coordena a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (FAPESB/UESB). Orientadora da pesquisa "A branquitude e seus privilégios: um estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas na Escola Pública Municipal Carolina Maria de Jesus, Maracás, BA.

pedagógicas, ações didáticas e veiculação de conteúdos).

Neste recorte, apresentamos estudos e resultados parciais de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, em andamento, sobre a identidade racial branca de professoras autodeclaradas brancas da EPMCMJ e que consiste em responder à questão norteadora: De que modo os professores lidam com as questões étnico-raciais na sala de aula/escola, reforçam privilégios da branquitude ou colaboram para uma educação antirracista? Os resultados parciais estão relacionados a dois instrumentos de coleta de dados: grupo de conversação e questionário fechado e aberto. Para a análise foi utilizado como aporte teórico, as contribuições de Bento (2014), Cavalleiro (1999; 2001), Cardoso (2017; 2020) Schucman (2014), dentre outros.

Percebemos que ao longo dos anos pesquisadores têm se mostrado inquietos com relação à temática das relações étnico raciais, as universidades têm se mobilizado e promovido debates, que trazem outras vozes, em contrapartida também percebemos diversas opiniões que se contradizem e, nesse conflito de interesses e de poder, discursos equivocados e carregados de preconceitos são proferidos e disseminados de forma avassaladora. No entanto, enquanto pesquisadores/as devemos estar atentos/as a qualquer tipo de manifestação de desrespeito que deturpam e ferem os direitos fundamentais e outras leis que têm a intenção de defender os Direitos Humanos (BRASIL, 2012). Quando falamos de Direitos Humanos é importante nos adentrar à classe vista como subalterna, que estão à margem da sociedade e, são elas, crianças, jovens e adultos, que de alguma forma são excluídos através de marcadores sociais da diferença de classe, raça/etnia, orientação sexual e gênero. Nesse sentido, Ferreira et al (2020), ao discutir "Direitos Humanos, banalização das desigualdades e autoritarismos na sociedade brasileira", afirmam que,

*No Brasil especificamente, estamos vivendo uma crise aguda em diferentes dimensões sociais e da vida, na educação, saúde, meio ambiente, economia, política e ataques severos à democracia, sem precedentes (FERREIRA et al, 2020, p. 497).*

Nessa vertente, a escola tem a função primordial de trazer essas questões para o centro de discussão, através de uma análise interseccional, com o objetivo de combater as diversas formas de discriminação e preconceitos tão latentes no cotidiano da sala de aula. Para Muller e Gadioli (2017, p. 291),

*O espaço escolar é terreno fértil para variados tipos de conflitos, inclusive o racial. Inúmeras demonstrações de preconceito racial ocorrem dentro e fora da sala de aula. Palavras como "macaco", "cabelo duro", "neguinha" e "carvão" ainda hoje compõem o vocabulário ofensivo de alunos e alunas que querem insultar racialmente o sujeito negro. Em meio a essa situação conflitante e sem a devida intervenção, uma parcela considerável de alunos não brancos, acabam se sentindo inferiorizados e, conseqüentemente, negam sua pertença racial.*

Sobre essa questão, Cavalleiro (2001) lembra do compromisso da educação no combate ao racismo, preconceito e discriminação racial desde a pré escola e reforça que o professor é um forte aliado para que de fato o ambiente escolar seja democrático, participativo, respeitoso e propício à aprendizagem. A desigualdade social não é evidenciada apenas na escola, mas ao longo da vida social e o tratamento dado ao negro e ao branco em várias situações. Apesar da escola ser baseada numa cultura branca eurocêntrica, a escola é também um espaço possível para desenvolver estratégias pedagógicas a fim de imobilizar práticas discriminatórias, preconceituosas, racistas e excludentes. Para responder à questão aqui colocada sobre educação antirracista e identidade racial, foi realizado na pesquisa, um grupo de discussão e aplicação de questionários fechado e aberto às professoras autodeclaradas brancas no intuito de procurar entender o contexto de suas falas sobre práticas racistas em um ambiente escolar tão diverso. Para Cavalleiro (1999, p. 47), "o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo silêncio que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola". Enfim, é com base nessa afirmação, vivências e experiências enquanto pesquisadora inquieta que essa pesquisa ganha forma.

### **O campo e suas revelações: relações étnico-raciais e branquitude no contexto escolar - um processo de busca, construções e desconstruções**

Embora a temática sobre relações étnico-raciais já tenha sido abordada por outros pesquisadores que se debruçam sobre o tema, esta pesquisa apresenta característica própria por se tratar de uma escola pública municipal de grande porte, sediada em um bairro da periferia de Maracás – BA, que busca evidenciar como as interlocutoras, professoras autodeclaradas brancas, pensam/falam/lidam com questões étnico-raciais na escola-campo e, em que circunstâncias, percebem sua própria branquitude, diante de seus alunos na sala de aula/escola.

A particularidade e importância da pesquisa se mostra relevante, uma vez que não houve nenhuma investigação, nesse sentido. Convém relatar que, a escrita aqui posicionada também reflete vivências e experimentações da pesquisadora no campo pessoal, social, acadêmico e profissional, um lugar singular que abarca um processo de buscas, construções e desconstruções, dúvidas e incertezas. Com o intuito de manter o sigilo da identidade da escola-campo, a denominamos de Escola Pública Municipal Carolina Maria de Jesus, que funciona nos três turnos e contempla do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No entanto, optamos apenas por trabalhar com professoras do 1º ao 5º ano e, para isso, foram selecionadas 4 professoras a partir de três critérios essenciais. 1) ser do sexo feminino; 2) ser autodeclarada branca e, por fim, 3) aceitar pela participação da pesquisa. Essa escolha se deu através de um questionário inicial que se tratava sobre o levantamento do perfil das interlocutoras. Sendo que, o primeiro contato com as interlocutoras foi através de um grupo de conversação e, para isso, foi utilizado o aplicativo *Google Meet*, tendo em vista o momento pandêmico que estamos vivendo. Desse modo, seguimos orientações de distanciamento social. Assim, o momento de conversação foi mediado pela pesquisadora e, dele, participaram 5 (cinco) professoras autodeclaradas brancas e, após garantir o anonimato de seus nomes, as conversas de posicionamentos das interlocutoras se iniciou de forma leve e informal. Para elas, foi apresentada as partes essenciais do projeto: título, justificativa, objetivos, problema, metodologia, bem como, a importância da pesquisa no campo educacional e acadêmico. Após explanação do tema e feito o convite para a participação, 4 (quatro) professoras decidiram pela participação e uma se recusou devido à problemas pessoais e de família. Das professoras que aceitaram pela participação na pesquisa, foi enviado para seus e-mails um questionário fechado e aberto, contendo 18 (dezoito) questões.

Conforme Gil (1999, p. 115), o questionário “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”. A devolução dos questionários também aconteceu através do e-mail pessoal da pesquisadora, facilitando o recolhimento e a otimização do tempo para a análise dos mesmos. Enfim, é importante informar que a análise, aqui apresentada, constitui parte das observações feitas no grupo de conversação e 5 (cinco) questões sobre privilégios da branquitude e racismo, foram respondidas pelas interlocutoras no questionário fechado e aberto.

**Análise e discussão**

Os estudos críticos da branquitude se fizeram necessário ao longo dos tempos e a necessidade desses estudos parte ao analisar a identidade racial branca presente nas relações raciais, marcadas pelo colonialismo europeu, pela superioridade do homem branco, do sistema patriarcado e da heteronormatividade.

No Brasil, esse estudo surge em 1957, nos primeiros escritos de Guerreiro Ramos que, no início, a identidade racial branca teria o sentido da brancura da pele e, mais tarde, em 2002, Maria Aparecida Bento pensa para além da cor da pele e utiliza o termo branquitude, ambos os termos relacionados ao poder. No entanto, foi a partir de 2012 que as produções tiveram um aumento significativo, porém, “se compararmos à totalidade da produção acadêmica sobre o negro, os estudos sobre branquitude no Brasil ainda se encontram engatinhando” (CARDOSO, 2020, p. 219). Não podemos negar a importância da temática, visto que as questões étnico-raciais estão presentes em todos os espaços sociais e, atravessadas em nossas vivências e experiências diárias, principalmente na escola, percebemos claramente isso ao questionar as interlocutoras se já presenciaram situações de preconceito e discriminação racial em sala de aula. E, ao serem perguntadas sobre essa questão, foram unânimes em responder que sim. O quadro a seguir traz as respostas das interlocutoras, que aceitaram pela participação na pesquisa.

QUADRO I - O que dizem/falam/pensam as professoras autodeclaradas brancas sobre o preconceito e discriminação racial na Escola Carolina Maria de Jesus, Maracás, BA, 2021

Questões da pesquisa	Sim	Não	Muito	Pouco	Muito pouco	Às vezes
1. Já presenciou alguma situação de preconceito e discriminação racial com seus alunos em sala de aula?	4					
2. Você acha que o pertencimento racial influencia a vida das pessoas negras?	3				1	
3. Você acha que as pessoas brancas têm vantagens/privilégios no Brasil ?	4					
4. Você já recebeu alguma vantagem por causa da cor de sua pele?		4				
5. Você se considera uma pessoa racista?		4				

Fonte da pesquisa, 2021.

É possível perceber que, do total de 4 (quatro) professoras, interlocutoras da pesquisa, que se autodeclararam brancas, quando perguntadas sobre se “1- já presenciou alguma situação de preconceito e discriminação racial com seus alunos em sala de aula”, todas elas responderam que “sim”, evidenciando a presença do racismo nas relações entre alunos no cotidiano escolar. Para a segunda questão “2 Você acha que o pertencimento racial influencia a vida das pessoas negras”, do total de 4 (quatro) professoras que responderam o questionário, 3 (três) delas, responderam que “sim” e, ao que tudo indica, reconhecem as consequências do colonismo, da exploração do trabalho escravo e do destino dos negros após a abolição, tendo em vista a fragilidade da Lei Áurea no tocante a reintegração do negro na sociedade. Apenas uma professora, a Dandara, respondeu que reconhece “muito pouco”. No entanto, essa mesma professora respondeu “sim”, que acha que as pessoas brancas têm vantagens no Brasil. Como também, respondeu “sim”, que já presenciou alguma situação de preconceito e discriminação racial com seus alunos em sala de aula.

Não temos dúvida, portanto, de que o pertencimento racial influencia a vida das pessoas, apesar de que uma das pesquisadas afirma ser muito pouco, e justifica sua resposta ao dizer que, “o que influencia mesmo a vida das pessoas é a classe social” (DANDARA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2021). Não discordamos, no entanto, sabemos quem é a população que se encaixa na linha de pobreza, das desigualdades sociais, da falta de oportunidade ao acesso a escola, ao lazer, à saúde, enfim, às condições de vida necessárias à dignidade humana, ao acesso à cidadania ativa, quem são os excluídos da sociedade. Sobre essa questão,

*Ao analisarmos os dados da última década, vemos que as desigualdades raciais se aprofundaram ainda mais, com uma grande disparidade de violência experimentada por negros e não negros. Entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9% (IPEA, 2020, p. 47).*

Ainda sobre a categoria classe e raça, Bento (2014, p.27) coloca que mesmo em situações desvantajosas como a pobreza “o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”. A terceira questão do questionário aplicado às interlocutoras está totalmente relacionada a segunda, ela é direta e incisiva: As pessoas brancas teriam vantagens/privilégios no Brasil? A resposta foi positiva por unanimidade, como já mencionamos, e podemos perceber que existe

uma resposta que se destoa quando analisamos a segunda questão, pois se uma das interlocutoras diz que raça não influencia na vida das pessoas supostamente teríamos uma resposta diferente para a questão 3.

A quarta pergunta é bem pessoal, subjetiva, porém, tem uma dimensão muito grande do ponto de vista da construção social da cor. Ao que parece, as professoras tem uma ideia superficial do que é ser branco numa sociedade com marcas escravocratas, machista, patriarcal, autoritária, misógina. O que elas não sabem é que os privilégios da branquitude não seria apenas ser rico ou vir de uma família importante, é algo muito além do que supostamente imaginam. Ao analisar a resposta das interlocutoras percebemos a “suposta neutralidade da identidade racial branca que faz com que grande parcela da sociedade tenha privilégios, mas não os percebe” (SCHUCMAN, 2014, p. 92).

E, por fim, a última pergunta talvez a mais importante e a mais difícil de ser respondida: Você se considera uma pessoa racista? Como podemos perceber, as pesquisadas não se consideram racistas, a negação prevalece quando buscamos o particular, no entanto, se afirmam quando o coletivo é evidenciado, “o que nos leva a concluir que o racismo, embora negado no discurso, é confirmado cotidianamente, na prática em nossas escolas” (FOSTER, 2015, p. 24).

Ainda com relação à última questão, Cardoso (2017, p. 34) diz que diante de um negro “nenhum branco define-se como racista”, o branco teria um certo desconforto em admitir seu racismo. No entanto, ao observarmos as respostas das professoras brancas nos questionários, notamos que nem mesmo diante de uma pesquisadora branca em nenhum momento admitiram serem racistas, não queremos, portanto, afirmar o contrário.

Em uma mesma vertente vemos no dia-a-dia e nas redes sociais pessoas que justificam seus comportamentos racistas alegando que não fez por mal, ou que foi apenas brincadeira, em outros momentos ouvimos o termo “mania de perseguição”, essa fala faz-nos refletir sobre a absolvição do branco frente à pauta racista.

### **Considerações Finais**

Esperamos que o resultado e discussão da análise aqui apresentada pela presente pesquisa, possa contribuir com os estudos da branquitude e a educação

antirracista na escola e que venha despertar e conscientizar professores e professoras para a importância das práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula /escola, envolvendo questões étnico-raciais, de forma a promover o debate e reflexões desde os primeiros anos de escolarização.

Nessa perspectiva, é necessário fortalecer as discussões para além das nossas percepções, pensar em práticas pedagógicas antirracistas e cidadãs, capazes de promover a conscientização sobre os direitos humanos e sociais, pautadas em uma educação antirracista, permitindo que o branco se coloque numa proposta cidadã, antirracista, anticolonial e desafiadora e, nessa discussão, encontre estratégias no combate ao racismo no espaço/cotidiano da sala de aula e em outros espaços de vida e construção de sociabilidades na escola. Assim, esperamos!

## REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 2012**, que estabelece Educação em Direitos Humanos nas instituições de ensino. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias> Acesso em: 24 de outubro 2020.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In: **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. MULLER, Tânia Mara Perdroso; CARDOSO, Lourenço (Orgs). Curitiba: Appris, 2017, p. 33-50.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. Curitiba: Appris, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. O Processo de Socialização na Educação Infantil: a construção do silêncio e da submissão. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**. São Paulo, n. 2 v. 9, 1999, p. 33-45,

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compr omisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTANA, José Valdir Jesus de; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Direitos Humanos, banalização das desigualdades e autoritarismos na sociedade brasileira. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 20, 2020, p. 496 – 513,



FOSTER, Eugênia da Luz Silva. **Garimpando Pistas para desmontar racismos e potencializar Movimentos Instituintes na Escola**. Curitiba: Appris, 2015.

GADIOLI, Monique Ferreira. MULLER, Tânia Mara Pedroso. Branquitude e cotidiano escolar. In: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Org.) **Branquitude**. Estudos sobre a identidade branca no Brasil, 2017, p. 277 - 292

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA - **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Atlas da Violência. Ministério da Economia. Brasília, DF: Ipea, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014, p. 83-94.